REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

DO LATIFÚNDIO À SOBERANIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOB A PRÁXIS AGROECOLÓGICA

FROM LATIFUNDIUM TO SOVEREIGNTY: A LITERATURE REVIEW UNDER AGROECOLOGICAL PRAXIS

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 12/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794280838

Maria Zilma Sampaio Rocha[1]

Anildo Monteiro Caldas[2]

José de Lima Albuquerque[3]

Bruno Leonardo Quirino de Oliveira Freitas[4]

Williana Carla Silva Alves[5]

Maria Alexandra Abreu de Sousa[6]

Sangela Maria Pereira dos Santos[7]

Vanessa Sabrina Teixeira de Melo[8]

Raimundo Jackson Nogueira da Silva[9]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, com base na literatura, as relações entre a resistência histórica camponesa, a territorialidade quilombola e os desafios contemporâneos da transição agroecológica, com atenção à sucessão geracional, às desigualdades de gênero, aos conflitos socioambientais e à resiliência climática. O referencial da Educação em Agroecologia articula os princípios de vida, diversidade, complexidade e transformação (Aguiar, 2016). Trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, de caráter exploratório, orientada por categorias temáticas e por uma leitura crítico-interpretativa das publicações selecionadas. A síntese da literatura evidencia a relevância do diálogo de saberes, da participação de mulheres e jovens, da defesa territorial e da agrobiodiversidade para a construção da autonomia coletiva. Conclui-se que a Educação em Agroecologia oferece fundamentos para discutir a soberania alimentar e a justiça socioambiental, sem que a revisão permita comprovar resultados empíricos em uma comunidade específica.

Palavras-chave: Agroecologia; Territorialidade Quilombola; Educação do Campo; Resistência Camponesa; Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

This article aims to analyze, based on the literature, the relationships among historical peasant resistance, quilombola territoriality, and contemporary challenges of agroecological transition, focusing on generational succession, gender inequalities, socio-environmental conflicts, and climate resilience. The framework of Education in Agroecology draws on the principles of life, diversity, complexity, and transformation (Aguiar, 2016). This qualitative, exploratory literature review is organized around thematic categories and a critical

interpretation of selected publications. The synthesis highlights the importance of dialogue among knowledge systems, women's and young people's participation, territorial rights, and agrobiodiversity in building collective autonomy. It concludes that Education in Agroecology provides a basis for discussing food sovereignty and socio-environmental justice, without claiming empirical findings about a specific community.
Keywords: Agroecology; Quilombola Territoriality; Rural Education; Peasant Resistance; Territorial Development.

1. INTRODUÇÃO

O aprofundamento dos estudos sobre territórios quilombolas exige uma análise crítica da transição do modelo agrário e dos processos de formação pedagógica e comunitária vivenciados nesses espaços. Certificados pela Fundação Cultural Palmares, esses territórios constituem unidades socioespaciais marcadas pela resistência histórica, pela valorização dos saberes tradicionais e pela reconfiguração das dinâmicas produtivas e ambientes. Em contraposição à herança colonial do latifúndio canavieiro, as comunidades quilombolas desenvolvem práticas de gestão autônoma dos recursos naturais e de organização coletiva, contribuindo para a transformação das relações socioeconômicas e ambientais historicamente estabelecidas na região. Nesse contexto, destacam-se a valorização da identidade cultural, a preservação dos conhecimentos ancestrais e o fortalecimento de processos educativos vinculados à realidade e às necessidades da comunidade.

Contudo, a sustentabilidade e a autonomia desse território são tensionadas por dinâmicas contemporâneas complexas,

notadamente pela expansão do agronegócio, pela especulação imobiliária e pela migração juvenil. Esse fenômeno afeta a reprodução socioeconômica das unidades familiares e compromete a continuidade dos conhecimentos tradicionais (Schneider, 2010). A problemática é agravada pela limitação de acesso aos bens comuns, pela ineficiência das políticas públicas de fomento estatal e pelas assimetrias na divisão do trabalho fundadas na colonialidade de gênero. Essa estrutura marginaliza a juventude e estimula o êxodo rural, fragilizando a permanência no campo e a transmissão intergeracional do conhecimento.

Diante desse cenário, a transição agroecológica não se resume a uma alteração nas técnicas de cultivo, mas se apresenta como uma estratégia política e pedagógica. Não se trata de transferir pacotes tecnológicos exógenos, mas de promover o diálogo entre os saberes acadêmicos e tradicionais, superando visões eurocêntricas que subalternizam o conhecimento quilombola (Freire, 2019).

Nesse contexto, o presente artigo investiga as contradições entre os processos de resistência histórica e os desafios contemporâneos enfrentados pelo território. Sustenta-se a hipótese de que a Educação em Agroecologia, alicerçada nos princípios de vida, diversidade, complexidade e transformação (Aguiar, 2016), constitui a matriz necessária para o fortalecimento comunitário. A relevância desta análise reside na urgência de compreender como comunidades quilombolas constroem respostas socioambientais às crises climáticas, consolidando o território como espaço de emancipação, dignidade e permanência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Agroecologia Como Matriz de Educação e Práxis Transformadora

A Educação em Agroecologia, sob a perspectiva de Aguiar (2016), fundamenta-se na tríade dos princípios de vida, diversidade e complexidade, reconfigurando os espaços escolares e comunitários como instâncias de uma pedagogia voltada à transformação social. Ao contrário da abordagem tecnicista e produtivista que predomina nas políticas rurais convencionais, esta matriz pedagógica entende que a produção de alimentos é indissociável da preservação dos ecossistemas e da dignidade humana. Como pontuam Altieri e Nicholls (2021), a agroecologia integra a gestão da agrobiodiversidade à busca pela soberania alimentar, tornando-se o pilar central para que comunidades tradicionais resistam à simplificação ecológica imposta pelos monocultivos industriais.

Nesse cenário, a organização comunitária em comunidades rurais quilombolas expressa-se não apenas como disputa pelo acesso à terra, mas como um processo contínuo de educação popular que resgata e valida saberes tradicionais. Essa dinâmica atua como um processo formativo de autoafirmação, no qual o território, conforme analisado por Porto-Gonçalves (2021), constitui a base material para a reprodução da vida em oposição à exploração intensiva dos recursos. Ao adotar práticas de manejo alinhadas aos ciclos ecossistêmicos, a comunidade estabelece um contraponto pedagógico ao modelo agroindustrial, demonstrando que a resiliência socioecológica é construída coletivamente por meio da convivência e da troca intergeracional.

A transformação social emerge, portanto, da capacidade comunitária de integrar esses conhecimentos em arranjos

produtivos que assegurem a autonomia das famílias. Caporal (2022) reforça que a efetividade da transição agroecológica depende da construção de espaços de "diálogo de saberes", nos quais o conhecimento técnico-científico atua de forma complementar — e não prescritiva — ao saber empírico acumulado pelas famílias. Nesse sentido, a práxis educativa em territórios quilombola opera como uma estratégia de sustentabilidade socioespacial, transformando os quintais produtivos e as redes de intercâmbio de sementes em ambientes vivos de aprendizagem e adaptação às mudanças climáticas globais.

2.2. Colonialidade, Gênero e Sucessão Geracional

A crise de sucessão geracional nesses territórios ultrapassa a dimensão das escolhas ocupacionais individuais da juventude; ela reflete a reprodução da "colonialidade do gênero", conceito que elucida como as estruturas socioeconômicas dominantes invisibilizam as atividades voltadas à manutenção da vida, sobretudo aquelas desenvolvidas pelas mulheres no manejo da agrobiodiversidade. Conforme apontam Petersen e Silveira (2022), as políticas de desenvolvimento rural, ao desconsiderarem o caráter multidimensional do trabalho camponês, tendem a marginalizar os jovens que buscam trajetórias desvinculadas da exploração intensiva. Essa invisibilização limita as perspectivas de continuidade no campo, impulsionando a migração urbana como principal alternativa percebida de mobilidade social.

A colonialidade do gênero manifesta-se no desmantelamento da transmissão dos saberes ancestrais ao secundarizar o trabalho dedicado ao cuidado do solo e à conservação de sementes crioulas. Segundo Lugones (2014), a articulação entre raça e gênero sustenta

assimetrias históricas que, no contexto quilombola, impõem obstáculos à inserção plena das mulheres nas instâncias decisórias do território. A desvalorização do saber feminino— central para a resiliência dos agroecossistemas — enfraquece a reprodução socioeconômica familiar e desestimula a sucessão, dado que as jovens passam a associar a permanência no território a condições de invisibilidade e sobrecarga de trabalho (Acosta, 2016).

Para reverter esse quadro, a Educação em Agroecologia atua como um instrumento de descolonização, reposicionando o território como espaço de autonomia e desenvolvimento social. A superação dos gargalos da sucessão requer o que Quijano (2005) conceitua como "desprendimento da colonialidade", promovendo uma proposta pedagógica que valorize o protagonismo das jovens agricultoras e o manejo diversificado como alternativas viáveis de permanência. Ao vincular a produção agrícola à igualdade de gênero, a comunidade constrói condições para que a juventude encontre no território os meios necessários para a consolidação de seus projetos de vida (Petersen;Silveira, 2022).

2.3. Territorialidade e Conflitos Socioambientais

A análise da territorialidade em comunidades Quilombola exige a compreensão do território enquanto espaço socialmente construído, atravessado por disputas entre diferentes modelos de uso da terra. Conforme destaca Porto-Gonçalves (2021), o território é a dimensão em que as relações sociais se materializam e a história se inscreve na paisagem mediante a práxis coletiva. Na Zona da Mata Sul de Pernambuco, a territorialidade quilombola contrapõe-se à lógica da monocultura e da expansão da pecuária extensiva, as quais promovem a limitação física e simbólica do acesso aos recursos

hídricos, florestais e agrícolas fundamentais para a subsistência comunitária.

Esse conflito socioambiental expressa-se na alteração das características físicas e químicas do solo, visto que a substituição de roçados diversificados pela pecuária intensiva reduz a cobertura vegetal e compromete a resiliência ecológica local (Schneider, 2010). A valoração da terra predominantemente como ativo financeiro, resulta em processos de degradação ambiental que pressionam a comunidade a estruturar estratégias contínuas de defesa territorial. Segundo Acselrad (2009), os conflitos socioambientais emergem da assimetria na apropriação e no uso dos recursos naturais, opondo a lógica da sustentabilidade comunitária às dinâmicas de exploração mercantil.

A vulnerabilidade frente aos eventos climáticos extremos correlaciona-se com intervenções que fragmentam os ecossistemas locais e ameaçam a segurança alimentar. Conforme enfatiza Haesbaert (2014), os processos de desterritorialização — decorrentes da especulação imobiliária ou da degradação ambiental no entorno — desestruturam os modos de vida tradicionais. Diante dessas pressões, a resistência quilombola converte o território em um espaço de desenvolvimento e validação de tecnologias socioambientais, em que a conservação da agrobiodiversidade e o manejo agroecológico se consolidam como caminhos centrais para a sustentabilidade e a garantia da autonomia comunitária.

2.4. Justiça Socioambiental e Resiliência Climática

A Justiça Socioambiental, enquanto categoria analítica postula que os custos da degradação ecológica e os impactos das mudanças

climáticas incidem de forma desproporcional sobre populações historicamente vulnerabilizadas. Pesquisas recentes apontam que a construção da resiliência climática constitui um elemento associado à reparação histórica e à garantia de direitos. Conforme argumentam Acselrad e Pacheco (2022), a justiça socioambiental exige que o enfrentamento das alterações climáticas contemple a regularização territorial e a participação das comunidades na gestão dos recursos, rejeitando propostas de conservação que desconsiderem os direitos das populações tradicionais.

A capacidade de adaptação desses agroecossistemas fundamenta-se na diversidade biológica e manejada, que atua como um fator de proteção contra adversidades do clima. Como destacam Altieri e Nicholls (2021), a agricultura familiar e quilombola, ao preservar variedades de sementes crioulas e adotar sistemas consorciados, desenvolve estabilidade produtiva que o modelo monocultural não consegue sustentar. A transição agroecológica consolida-se, portanto, como uma estratégia de adaptação climática baseada no uso sustentável da agrobiodiversidade e na salvaguarda da soberania alimentar.

Entretanto, a consolidação dessas práticas enfrenta desafios decorrentes da insuficiência de políticas públicas adequadas e da preferência de órgãos de fomento por pacotes tecnológicos padronizados. A promoção da justiça climática requer, segundo Caporal (2022), o reconhecimento das tecnologias sociais desenvolvidas pelas comunidades como referenciais para o planejamento ambiental. Ao valorizar os conhecimentos locais na gestão do território, fortalecem-se arranjos produtivos capazes de mitigar a degradação do solo e garantir a sustentabilidade intergeracional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo configura-se como revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter exploratório, orientada por uma perspectiva crítico-dialética. O objetivo é interpretar, por meio de publicações acadêmicas, as relações entre resistência quilombola, educação em agroecologia, desigualdades sociais, conflitos socioambientais e resiliência climática. Não foram realizadas entrevistas, observações de campo ou coleta de dados primários para este artigo.

O levantamento bibliográfico concentrou-se em publicações relacionadas à agroecologia, à educação do campo, à territorialidade quilombola, à sucessão geracional, ao gênero e aos conflitos socioambientais. Foram considerados como referenciais de busca SciELO, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES, com descritores como “quilombo”, “educação em agroecologia”, “questão agrária”, “sucessão geracional”, “colonialidade de gênero” e “resiliência climática”. Priorizou-se a literatura publicada de 2010 a 2024 para examinar debates contemporâneos, sem excluir obras anteriores de importância conceitual e histórica, como as de Paulilo (1987), Lefebvre (1991), Little (2002), Quijano (2005), Hirata e Kergoat (2007) e Acselrad (2009). Assim, o intervalo indicado corresponde a uma prioridade de seleção, e não a um critério temporal exclusivo. A análise aqui apresentada restringe-se à produção bibliográfica citada; não se reivindica exame sistemático de documentos comunitários ou de dados obtidos diretamente nos territórios.

A leitura e a síntese crítica da bibliografia foram organizadas em quatro categorias temáticas, correspondentes aos eixos da seção de resultados e discussão:

1. Educação em Agroecologia: princípios de vida, diversidade, complexidade e transformação, relacionados à construção coletiva de conhecimentos (Aguiar, 2016).

2. Colonialidade e Gênero: desigualdades na divisão sexual do trabalho, reconhecimento dos saberes e possibilidades de sucessão geracional (Lugones, 2014; Petersen; Silveira, 2022).

3. Conflitos Socioambientais: disputas pelo território, pelo uso da terra e pelos recursos naturais, consideradas à luz da justiça ambiental (Porto-Gonçalves, 2021; Acselrad, 2009).

4. Resiliência Climática: contribuição potencial da agrobiodiversidade, do manejo agroecológico e da soberania alimentar para a adaptação socioecológica (Altieri; Nicholls, 2021; Caporal, 2022).

A interpretação do material bibliográfico foi orientada pela análise temática, tomando Bardin (2016) como referência para a organização das unidades de sentido e das categorias. Procedeu-se à leitura comparativa e crítico-interpretativa das contribuições dos autores, identificando convergências, tensões e lacunas. As sínteses apresentadas na seção seguinte decorrem dessa discussão teórica e não representam constatações obtidas em pesquisa empírica ou em observação direta de práticas comunitárias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Educação em Agroecologia

A leitura articulada da literatura permite compreender a Educação em Agroecologia como um processo formativo que ultrapassa a

transmissão de técnicas agrícolas. Partindo dos princípios de vida, diversidade, complexidade e transformação mobilizados por Aguiar (2016), identifica-se uma concepção de educação vinculada à reprodução social das comunidades, às interações ecológicas e ao exercício de autonomia coletiva. O princípio da vida desloca a centralidade do rendimento econômico isolado para a manutenção das condições materiais e simbólicas de existência; a diversidade reconhece a pluralidade de espécies, sujeitos e conhecimentos; a complexidade exige compreender suas interdependências; e a transformação associa a aprendizagem à alteração crítica das relações sociais e produtivas. Nessa perspectiva, os quatro princípios não constituem etapas sucessivas, mas dimensões simultâneas da práxis agroecológica.

Essa interpretação dialoga com Freire (2019), para quem a formação emancipadora demanda problematização da realidade e reconhecimento dos educandos como sujeitos da produção do conhecimento. Aplicado à agroecologia, o argumento implica substituir a transferência vertical de soluções prontas pela construção compartilhada de respostas territorialmente pertinentes. Caporal (2022) e Petersen e Silveira (2022), já mobilizados no artigo, reforçam a importância dos intercâmbios e das redes sociais para tornar a aprendizagem parte da organização produtiva. A síntese dessas contribuições sugere que a eficácia pedagógica não se mede apenas pela adoção de uma prática, mas também pela capacidade das famílias de explicá-la, adaptá-la, questioná-la e decidir coletivamente sobre seus usos.

O princípio da diversidade aproxima a discussão educacional da própria estrutura dos agroecossistemas. Altieri (2012) demonstra que a diversificação constitui elemento relevante do manejo ecológico,

enquanto Gliessman (2015) situa a agroecologia na articulação entre processos biofísicos, sistemas alimentares e transformações sociopolíticas. Quando relacionadas à experiência histórica de comunidades quilombolas, essas abordagens permitem analisar quintais, roçados consorciados, sementes crioulas e práticas de conservação não apenas como tecnologias produtivas, mas como ambientes de circulação de saberes. Tal aproximação, contudo, deve ser formulada como possibilidade interpretativa da bibliografia: o presente estudo não realizou observações capazes de medir a frequência ou os efeitos de tais práticas em um território específico.

A complexidade, por sua vez, problematiza a fragmentação entre educação, ambiente, cultura e economia. Leff (2017) sustenta a necessidade de uma racionalidade ambiental capaz de questionar a redução da natureza a recurso econômico; Escobar (2018) contribui com a ideia de que projetos de autonomia territorial se apoiam em formas plurais de construir e habitar mundos. Em diálogo, esses autores indicam que os conhecimentos tradicionais não devem ser tratados como simples insumos culturais a serem incorporados à ciência agronômica: integram visões de mundo, relações de reciprocidade e critérios próprios para definir o que significa viver bem. Desse modo, a educação agroecológica precisa reconhecer divergências e assimetrias no encontro entre diferentes saberes, em vez de pressupor uma integração automática e sem conflitos.

No campo pedagógico, Arroyo (2017) e Caldart et al. (2012) ampliam essa análise ao aproximar a educação dos sujeitos coletivos, da luta por direitos e da realidade social do campo. As trajetórias de resistência, a memória do trabalho e a defesa da terra podem constituir conteúdos formativos tão decisivos quanto os fundamentos ecológicos dos cultivos. A escola e os espaços não

escolares de formação tornam-se, assim, campos de disputa entre uma pedagogia adaptadora, voltada ao atendimento de demandas produtivistas, e outra orientada à leitura crítica das desigualdades. Sob essa ótica, a transformação preconizada por Aguiar (2016) refere-se tanto ao redesenho dos agroecossistemas quanto à alteração das relações de reconhecimento, participação e poder dentro e fora das comunidades.

Como resultado da revisão, identifica-se convergência entre a pedagogia dialógica, a ecologia dos sistemas diversificados e a defesa da autonomia territorial: produzir conhecimento agroecológico significa aprender sobre as relações que sustentam a vida e, simultaneamente, disputar as condições para mantê-las. Há, porém, uma tensão importante. O reconhecimento discursivo dos saberes locais pode coexistir com projetos educativos que preservam decisões centralizadas, dependência de assistência episódica e baixa participação de mulheres e jovens. Portanto, a contribuição da Educação em Agroecologia à soberania territorial deve ser analisada por critérios como protagonismo dos sujeitos, continuidade das aprendizagens, capacidade de experimentação e poder de decisão, e não presumida a partir de sua simples presença em programas ou discursos institucionais.

4.2. Colonialidade e Gênero

A literatura examinada permite interpretar a desigualdade de gênero nos territórios rurais como um fenômeno que combina heranças coloniais, hierarquias raciais, organização social do trabalho e disputas pelo controle dos recursos produtivos. Lugones (2014) propõe que a colonialidade do gênero não pode ser compreendida de maneira dissociada da racialização e da imposição de

classificações sociais vinculadas à modernidade colonial. Quijano (2005), ao discutir a colonialidade do poder, ajuda a situar essas hierarquias em uma estrutura histórica mais abrangente. O diálogo entre ambos evidencia que a discriminação não se limita a atitudes individuais: relaciona-se às instituições, aos padrões de propriedade, às formas de legitimidade do conhecimento e à distribuição desigual da autoridade.

Ao aproximar esse referencial das discussões sobre agroecologia, emerge uma contradição central: atividades decisivas para a alimentação familiar e para a manutenção da agrobiodiversidade podem permanecer socialmente desvalorizadas quando associadas ao trabalho feminino. A discussão proposta por Petersen e Silveira (2022) sobre redes agroecológicas permite reconhecer a relevância da ação coletiva, ao passo que Paulilo (1987) demonstra como a distinção entre trabalho considerado “leve” e “pesado” expressa avaliações sociais desiguais, e não apenas diferenças físicas entre tarefas. Assim, selecionar sementes, cuidar de pequenos animais, manter quintais e administrar a alimentação não devem ser interpretados automaticamente como atividades secundárias. Sua invisibilização reduz o reconhecimento econômico e político das mulheres, mesmo quando essas tarefas sustentam processos ecológicos fundamentais.

A categoria da divisão sexual do trabalho também ajuda a compreender por que a participação feminina em espaços produtivos nem sempre corresponde à participação nas decisões. Hirata e Kergoat (2007) analisam a persistência de formas de separação e hierarquização do trabalho entre homens e mulheres. Em diálogo com Lugones (2014), esse argumento recomenda examinar não apenas quem executa determinada atividade, mas

quem controla a terra, administra a renda, define prioridades de investimento, representa a associação e decide sobre o destino da produção. Nas comunidades quilombolas, acrescenta-se a necessidade de considerar a articulação entre raça, gênero e território, evitando generalizações sobre experiências que podem apresentar configurações familiares e políticas bastante distintas.

A sucessão geracional deve ser inserida nesse mesmo quadro de oportunidades desiguais. A permanência de jovens no campo depende de acesso a terra, renda, educação, comunicação, reconhecimento social e possibilidades reais de participação. Schneider (2010) chama atenção para a diversidade das estratégias econômicas da agricultura familiar, o que impede reduzir a reprodução social ao trabalho agrícola em sentido estrito. Nesse contexto, a migração juvenil não pode ser explicada apenas por rejeição cultural à vida rural: pode expressar respostas a restrições estruturais e à ausência de projetos viáveis de futuro. Para as jovens mulheres, a combinação entre sobrecarga doméstica, expectativa de trabalho não remunerado e limitada participação sucessória pode constituir um obstáculo adicional, cuja intensidade precisa ser investigada empiricamente em cada comunidade.

A partir de Freire (2019) e Arroyo (2017), a educação crítica oferece uma chave de enfrentamento dessas assimetrias quando abre espaço para que mulheres e juventudes formulem problemas, disputem interpretações e participem das decisões. Isso não significa atribuir à educação, isoladamente, o poder de superar desigualdades materiais historicamente produzidas. A formação precisa estar articulada a direitos territoriais, políticas de apoio à produção, acesso a recursos e condições institucionais de participação. Acosta (2016) amplia a discussão ao propor o Bem Viver

como crítica a modelos de desenvolvimento que subordinam a reprodução da vida a indicadores econômicos estreitos; nessa perspectiva, a autonomia das mulheres constitui parte das condições de sustentabilidade comunitária, e não um resultado acessório da modernização agrícola.

O principal resultado analítico deste eixo é que a transição agroecológica pode ampliar o reconhecimento do trabalho feminino e a participação juvenil, mas também pode reproduzir hierarquias preexistentes se não examinar suas próprias formas de organização. A valorização retórica das guardiãs de sementes, por exemplo, não é suficiente quando elas permanecem afastadas do controle da renda e das decisões coletivas. Recomenda-se, portanto, que investigações futuras observem a distribuição do tempo de trabalho, a titularidade e o uso da terra, a participação em organizações comunitárias e as expectativas diferenciadas de sucessão. A literatura conduz, assim, à conclusão de que a justiça de gênero e o enfrentamento da colonialidade constituem dimensões constitutivas — e não complementares — da soberania alimentar e territorial.

4.3. Conflitos Socioambientais

A análise bibliográfica indica que os conflitos socioambientais não devem ser reduzidos a episódios isolados de disputa fundiária ou degradação ambiental. Eles expressam confrontos entre diferentes projetos de apropriação, uso, significação e controle da natureza. Acselrad (2009) contribui para compreender tais conflitos a partir da distribuição desigual dos benefícios e dos danos ambientais, enquanto Porto-Gonçalves (2021) relaciona a expansão da racionalidade econômica dominante à transformação dos territórios e dos modos de vida. Sob essa perspectiva, a disputa pela terra

envolve simultaneamente acesso à produção, permanência cultural, disponibilidade de água, preservação da memória e capacidade coletiva de decidir sobre o futuro.

A noção de territorialidade aprofunda essa discussão. Little (2002) evidencia que os territórios sociais de povos tradicionais se constituem por histórias de ocupação, vínculos de pertencimento, práticas compartilhadas e regimes específicos de uso dos recursos. Haesbaert (2014), por sua vez, permite analisar a multiplicidade das relações territoriais e os processos de contenção ou precarização do acesso ao espaço. Em conjunto, essas contribuições afastam uma compreensão exclusivamente cartográfica do quilombo: o território não equivale apenas à área delimitada no mapa, mas compreende relações sociais e ecológicas indispensáveis à reprodução da comunidade. Assim, conflitos aparentemente localizados, como restrições de passagem ou de acesso à água, podem produzir efeitos sobre a organização do trabalho, os vínculos sociais e a continuidade das práticas culturais.

A interpretação dos efeitos do chamado capitalismo pastoril requer cuidado conceitual. No âmbito deste artigo, a expressão pode ser utilizada para examinar pressões associadas à expansão de grandes empreendimentos pecuários e à concentração do uso da terra, sem sugerir que toda criação animal provoque, necessariamente, os mesmos impactos. Quando a substituição de paisagens diversificadas por usos mais homogêneos resulta em supressão vegetal, compactação de solos ou restrição de áreas de uso comum, podem ocorrer perdas ecológicas e tensões sociais. No entanto, a ocorrência e a intensidade desses processos dependem das formas concretas de manejo, das características dos ambientes e das relações locais de propriedade; a revisão bibliográfica não autoriza

atribuir automaticamente tais transformações ao Engenho Siqueira ou a outro território particular.

Leff (2017) amplia a análise ao demonstrar que conflitos ambientais também confrontam racionalidades distintas: de um lado, a interpretação da terra como fator de acumulação; de outro, relações nas quais ela integra valores culturais, necessidades de subsistência e responsabilidades intergeracionais. Escobar (2018) reforça a centralidade da autonomia na construção de alternativas ao desenvolvimento imposto de maneira vertical. A bibliografia permite, portanto, compreender a resistência quilombola como defesa de formas próprias de existência, e não apenas como oposição a projetos externos. Esse ponto é decisivo para evitar abordagens que tratem a comunidade unicamente como população vulnerável, apagando sua capacidade organizativa e seu repertório de soluções.

A justiça ambiental apresenta uma dimensão distributiva, relacionada ao acesso aos recursos e à exposição aos danos, e outra política, relativa ao reconhecimento e à participação nas decisões. Essa leitura converge com Acselrad (2009) e dialoga com a perspectiva territorial de Porto-Gonçalves (2021). Caso políticas públicas de fomento, conservação ou infraestrutura sejam formuladas sem participação efetiva, podem aprofundar assimetrias mesmo quando se anunciam como ambientalmente benéficas. A regularização territorial, o respeito aos usos coletivos e a construção de mecanismos públicos de negociação são, por isso, condições relevantes para reduzir a vulnerabilidade das comunidades. Sem essas garantias, propostas de modernização produtiva correm o risco de deslocar para os sujeitos locais os custos socioambientais de iniciativas sobre as quais possuem pouco poder decisório.

A revisão conduz ao entendimento de que conflitos socioambientais e transição agroecológica são processos conectados. Diversificar sistemas produtivos e recuperar funções ecológicas pode fortalecer a autonomia, mas o manejo agrícola, isoladamente, não resolve estruturas de concentração fundiária, desigualdades políticas ou insegurança territorial. O resultado central deste eixo é a necessidade de articular a discussão técnica sobre agroecossistemas à análise das relações de poder que definem quem acessa, utiliza e governa a terra. Para aprofundamentos empíricos posteriores, seriam pertinentes indicadores de acesso aos bens comuns, histórico de disputas, participação em decisões públicas e mudanças nas práticas de uso do solo, sempre com cuidado para não confundir hipóteses da literatura com ocorrências comprovadas em campo.

4.4. Resiliência Climática

A revisão da literatura permite compreender a resiliência climática como a capacidade de sistemas socioecológicos de enfrentar perturbações, reorganizar práticas e manter funções essenciais sem desconsiderar a possibilidade de transformações estruturais. No debate agroecológico, Altieri e Nicholls (2021) associam essa capacidade à diversificação produtiva e à valorização de processos ecológicos, enquanto Caporal (2022) destaca a importância de estratégias de desenvolvimento rural fundadas na participação social e no conhecimento local. Esse diálogo indica que adaptação às mudanças climáticas não se restringe à escolha de espécies tolerantes à seca: envolve autonomia produtiva, acesso aos recursos, redes de cooperação e condições institucionais para enfrentar eventos extremos.

Altieri et al. (2015) analisam como sistemas agrícolas diversificados podem contribuir para reduzir vulnerabilidades climáticas por meio da complexidade estrutural, do manejo do solo e da conservação da água. Gliessman (2015) complementa essa reflexão ao situar a agroecologia em uma transformação mais ampla dos sistemas alimentares. A comparação entre essas abordagens sugere que policultivos, cobertura vegetal, matéria orgânica, sementes adaptadas e maior integração entre componentes do agroecossistema podem ampliar a capacidade de resposta a choques. Todavia, não se trata de uma proteção absoluta: a intensidade dos eventos climáticos, a disponibilidade hídrica e as condições socioeconômicas podem superar a capacidade adaptativa de sistemas diversificados. A formulação "seguro ecológico" deve, assim, ser entendida como metáfora para a redução de riscos, não como garantia de estabilidade das colheitas.

A conservação da agrobiodiversidade ganha relevância particular por articular dimensões ecológicas e culturais. As sementes crioulas não representam apenas materiais genéticos; fazem parte de histórias de seleção, experimentação e intercâmbio construídas por famílias e comunidades. Petersen e Silveira (2022) oferecem elementos para interpretar as redes de conhecimento e de cooperação como suportes dessa autonomia, e Altieri (2012) destaca a importância da biodiversidade funcional na regulação ecológica dos sistemas agrícolas. Quando essas contribuições são lidas em conjunto, conclui-se que conservar diversidade requer manter também as condições sociais de sua reprodução: agricultores capazes de selecionar sementes, espaços de troca, acesso à terra e reconhecimento dos conhecimentos associados aos cultivos.

A relação entre resiliência e soberania alimentar constitui outro ponto de convergência. O debate não se limita à quantidade produzida, pois envolve o direito dos povos de influenciar seus modos de produção, distribuição e consumo de alimentos. Acosta (2016) contribui ao questionar concepções de bem-estar fundamentadas exclusivamente na expansão econômica; Leff (2017) argumenta em favor de uma racionalidade ambiental capaz de reconhecer limites ecológicos e outras formas de apropriação da natureza. Dessa articulação decorre uma inferência importante: comunidades podem apresentar ganhos pontuais de produtividade sem conquistar resiliência duradoura, especialmente quando dependem de insumos caros, mercados instáveis ou decisões externas. Por outro lado, autonomia e diversificação não eliminam a necessidade de infraestrutura, políticas públicas, assistência técnica dialógica e proteção social.

Em comunidades quilombolas, a discussão climática deve incorporar as desigualdades históricas de acesso à terra, água, crédito e participação política. A exposição física a secas, chuvas intensas ou alterações no calendário agrícola não produz consequências idênticas para todos os grupos; seus efeitos são mediados pelas condições materiais de resposta. Porto-Gonçalves (2021) permite conectar a questão ambiental às disputas pelo território, enquanto Lugones (2014) ajuda a perceber que impactos e responsabilidades podem ser diferenciados por raça e gênero. Por isso, qualquer avaliação consistente da adaptação precisa considerar quem participa das decisões, quem assume a sobrecarga de trabalho após eventos extremos e quem dispõe dos recursos necessários à recuperação produtiva.

Como síntese deste eixo, a literatura aponta a agrobiodiversidade como componente importante de estratégias de adaptação, desde que associada à justiça socioambiental e à autonomia territorial. O resultado não é a demonstração empírica de que um quilombo específico já alcançou resiliência, mas a identificação de mecanismos e condições que podem favorecê-la. Estudos posteriores poderão verificar esses mecanismos por meio de indicadores de diversidade de cultivos, conservação do solo, segurança hídrica, disponibilidade de sementes, estabilidade da alimentação e participação comunitária. A agroecologia apresenta, portanto, um horizonte técnico, social e político de enfrentamento à crise climática, cuja efetividade depende do contexto territorial e da continuidade dos processos coletivos de aprendizagem e organização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica evidencia que a passagem do modelo agrário concentrador para formas de produção e organização orientadas pela soberania alimentar envolve dimensões territoriais, educativas, ecológicas e políticas. À luz dos autores examinados, a resistência de comunidades quilombolas e camponesas não pode ser compreendida apenas como disputa pelo acesso à terra, pois também mobiliza memória coletiva, modos de vida e defesa de bens comuns. A literatura, contudo, não autoriza afirmar que esses processos ocorreram de maneira uniforme em um território específico (Porto-Gonçalves, 2021).

A Educação em Agroecologia apresenta-se como perspectiva relevante para aproximar conhecimentos tradicionais e técnico-científicos, valorizar o trabalho das mulheres e ampliar as

possibilidades de participação juvenil. O diálogo com Freire (2019) e Caporal (2022) indica que a autonomia exige processos pedagógicos participativos, acompanhados de condições materiais e institucionais para permanência no campo. A educação, isoladamente, não elimina as desigualdades de gênero, as dificuldades de sucessão ou os obstáculos de acesso a políticas públicas.

No eixo ambiental, os estudos discutidos associam a diversificação produtiva, a conservação de sementes crioulas e o manejo ecológico do solo à possibilidade de fortalecer a resiliência socioecológica e a soberania alimentar (Altieri; Nicholls, 2021). Essas relações constituem contribuições da literatura analisada, e não evidências de práticas observadas diretamente pelos autores no Engenho Siqueira Pedra Grande ou em outro quilombo. A perspectiva do Bem Viver (Acosta, 2016) amplia a reflexão ao vincular a sustentabilidade à reprodução coletiva da vida e ao respeito às relações territoriais.

Conclui-se que a práxis agroecológica oferece um horizonte teórico e político para integrar justiça socioambiental, reconhecimento dos saberes locais e fortalecimento das comunidades tradicionais. Como limite, esta revisão não realizou pesquisa de campo nem aferiu impactos produtivos ou sociais no Engenho Siqueira Pedra Grande. Estudos futuros poderão confrontar as interpretações aqui sistematizadas com entrevistas, observações e documentos territoriais, mediante procedimentos metodológicos explicitados, para compreender a concretização dessas possibilidades em contextos específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.

AGUIAR, M. S. Princípios de vida, diversidade, complexidade e transformação na Educação em Agroecologia. Recife: Editora Universitária, 2016.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecologia frente ao cansaço da terra e à crise climática: estratégias para a resiliência socioecológica. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 16, n. 2, p. 45-60, 2021.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I.; HENAO, A.; LANA, M. A. Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. Agronomy for Sustainable Development, v. 35, p. 869-890, 2015. DOI: 10.1007/s13593-015-0285-2.

ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, F. R. Extensão rural e agroecologia: caminhos para a soberania e a resiliência territorial. Brasília: Editora IFB, 2022.

ESCOBAR, A. Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds. Durham: Duke University Press, 2018.

FOSTER, J. B. A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 68. ed. Rio de Janeiro/SÃO PAULO: Paz e Terra, 2019.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology: the ecology of sustainable food systems. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2015.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

LEFEBVRE, H. The Production of Space. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, E. Racionalidade Ambiental: A Reapropriação Social da Natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia, 322).

LUGONES, M. Rumo a uma filosofia decolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2014.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2017.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. Ciência Hoje, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Agroecologia: tecendo redes de saberes e práticas para a soberania alimentar. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

QUIJANO, A. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Edusp, 2017.

SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[6] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[7] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[8] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[9] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail